



Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica

ISSN: 1516-1498

revistaagoraufrrj@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Ferrari, Andrea Gabriela; Piccinini, Cesar Augusto

Função materna e mito familiar: evidências a partir de um estudo de caso

Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, vol. XIII, núm. 2, julio-diciembre, 2010, pp. 243-257

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=376534582007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

FUNÇÃO MATERNA E MITO FAMILIAR: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO*

Andrea Gabriela Ferrari e Cesar Augusto Piccinini

Andrea Gabriela Ferrari
Psicóloga clínica e
psicanalista; doutora
em Psicologia do
Desenvolvimento
pelo Curso de
Pós-Graduação em
Psicologia/UFRGS;
professora do
Centro Universitário
Unilasalle.

Cesar Augusto Piccinini
Doutorado e pós-
doutorado pela
University College
London (Inglaterra),
pesquisador do
CNPq e professor do
PPG – Psicologia/
UFRGS.

RESUMO: Discute-se a importância do mito familiar para a função materna. Este mito se refere ao lugar do bebê, revelado por meio do discurso dirigido ao personagem que ele encarna na fantasia fundamental dos pais e que está relacionado àquilo que o precede. Consideramos que este mito tem impacto fundamental na constituição subjetiva do futuro sujeito. Tais aspectos conceituais receberam apoio no estudo de caso de uma mãe, da gestação até os oito meses do bebê. A partir deste caso se percebe o efeito e a importância da montagem imaginativa materna desde antes do nascimento do bebê.

Palavras-chave: maternidade, mito familiar, função materna.

ABSTRACT: Maternal role and familiar myth: evidences from a case study. This article discusses the importance of the family myth for the maternal role. This myth refers to the infant's place revealed through the discourse directed towards the character that the infant embodies in the parents' fundamental fantasy and it is related to that which precedes him. We consider that this myth has a fundamental impact on the subjective constitution of the future subject. Such conceptual aspects were supported by a case study involving a mother, from her pregnancy to the child's eighth month of life. Based on this case the effect and importance of maternal imaginative process from before the infant's birth are highlighted.

Keywords: motherhood, family myth, maternal role.

*Este artigo baseia-se em parte da tese de doutorado de Andrea Gabriela Ferrari, realizada e apresentada no Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação do Professor Carlos Augusto Piccinini.

INTRODUÇÃO

Uma das questões fundamentais para que a interação mãe-bebê ocorra é o processo imaginativo materno ao longo da gestação. É esse processo que oferecerá à mãe o substrato relacional necessário para receber o bebê. Mas o que aciona a construção deste processo imaginativo materno desde a descoberta da gravidez é algo muito anterior a esta, que é justamente a forma como esta futura mãe tomou, desde sua chegada ao mundo, os enunciados identificantes (AULAGNIER, 1989) projetados por seus pais quando do seu próprio nascimento. Isto possibilita a construção de um mito familiar que, posteriormente, será encenado na futura relação com seu bebê. Cabe ressaltar que, para fins deste artigo, o conceito de mito familiar é derivado de autores psicanalíticos (AULAGNIER, 1989; RODULFO, 1989) e se refere ao lugar do bebê revelado no discurso dirigido ao personagem que ele encarna na fantasia fundamental dos pais, e que está relacionado àquilo que o precede. O mito familiar será determinante para a constituição subjetiva dessa criança em particular.

O MITO FAMILIAR E A ENTRADA EM CENA DO BEBÊ

A possibilidade de imaginar um bebê é fundamental não somente para a mãe, mas, também, para o próprio bebê. O ser humano não nasce com um eu constituído, ele vai acontecendo na relação com os outros (FREUD 1914/1990; LACAN, 1957/1995). Para o bebê, se não há algo que o precede, se não há alguém que lhe diz o que dele se espera, ele não se tornará sujeito (AULAGNIER, 1990; 2000; DOLTO, 1984). O bebê imaginado (encenado pela mãe), dará ao bebê da realidade as pistas para que ele possa ir se constituindo, já que é papel fundamental da mãe metabolizar e humanizar os impulsos do recém-nascido, dando-lhes um sentido (AULAGNIER, 1989).

Esse sentido está relacionado com a história da mãe e com o seu desejo em relação a essa criança. Para Aulagnier, são as leituras e entendimentos feitos pela mãe a respeito dos comportamentos do recém-nascido que vão sendo inseridos na caracterização desse futuro ser. Freud (1914/1990) postula que os pais revivem e reproduzem no seu filho seu próprio narcisismo. Uma das questões que dão conta desse renascimento narcísico reporta-se ao lugar de imortalidade que o ego dos pais adquire através da criança (FERRARI; PICCININI & LOPES, 2006). Para que isso se processe no psiquismo materno, faz-se necessário, segundo Rodolfo (1989), que, num primeiro momento, a morte se presentifique para os pais, para que eles mesmos possam sair do lugar de filhos e possam posicionar-se no lugar parental (movimento este que os pais tiveram que fazer quando nasceram). Nesse movimento de oferecer o lugar de imortalidade ao filho, é transferida a esperança em relação às possibilidades de que ele possa fazer/ter tudo aquilo que os pais não fizeram/tiveram (FERRARI, PICCININI & LOPES,

2006, 2007). Nesse aspecto, para Rodolfo (1989), algo tem que ser feito para que, enxergando o filho, não se enxergue o próprio atestado de óbito. Esse processo, denominado pelo autor *falicização* de um filho, resulta na produção de um sujeito. Nessa *falicização*, associa-se um elemento de esperança, no sentido de que a criança trará consigo algo novo. Esse elemento de novidade faz com que os pais possam enxergar na criança a possibilidade de realizar tudo aquilo que eles mesmos não realizaram, transferindo para o filho essa esperança. Segundo Rodolfo, se esta consigna for inversa, ou seja, se o filho não conseguir consiga nada além do que ela mesma (mãe) conseguiu ou determinou, possivelmente nos depararemos com um futuro psicótico.

Para Penot (1991),¹ a *falicização* de um filho situa-se na mesma ordem que a noção de investimento libidinal de Freud (1921/1990), que implica uma posição de doação de um apaixonado em relação ao objeto que está sendo investido. Na *falicização* do filho, ele é colocado no lugar de ideal, ideal este a partir do qual se pode avistar aquilo que ainda não se encontra ali, mas que, ilusoriamente, está por chegar. Esse movimento comporta uma ilusão antecipadora, na qual a imagem real formada pela mãe corresponde à *falicização* do bebê, o que se compararia à proposta freudiana (FREUD, 1914/1990) segundo a qual a criança vem ocupar o lugar de majestade em relação aos pais. Assim, seguindo o raciocínio dos autores, parece-nos que se faz necessário um engano, por parte dos pais, para que não vejam o corpo real do seu bebê, mas sim uma imagem de corpo antecipada em relação ao bebê real.

Segundo Aulagnier (1994), as significações maternas do comportamento do bebê somente são possíveis porque há uma reatualização da sua história na relação com o bebê, despejando nesses sentidos oferecidos a ele toda a trama que até agora a constituiu. Podemos pensar, então, que a antecipação materna é um dos aspectos que proporciona à mãe encontrar sentidos no completo sem-sentido em que um recém-nascido se encontra. Algum significado tem que ser atribuído aos choros, reflexos, caretas que o bebê faz. Fica claro, então, que nessa antecipação materna o que está em jogo é o inconsciente da mãe relativo ao lugar materno, ao lugar de filha e a todas as questões envolvidas na maternidade. Para Aulagnier (1990; 2000), nesse saber ou nesses entendimentos sobre o bebê a mãe lhe oferece um lugar, que está permeado por sua história pessoal e que ele vai tomar para, por sua vez, fazer a própria história. A atribuição da mãe é de ser porta-voz do bebê, no sentido de dar palavras (portar a voz) desde a sua chegada ao mundo, pois prediz e aninha o conjunto

¹ Para Penot (1991, p.47): "...o Outro real, o Outro primordial, aquele que é frequentemente encarnado pelos pais, e mesmo a mãe, deve ter esse duplo papel: de ser ao mesmo tempo o Outro — lugar dos tesouros dos significantes — e ao mesmo tempo o outro, o pequeno outro da relação intersubjetiva."

de manifestações da criança. Assim, podemos pensar essa atribuição materna como a porta-voz preferencial do bebê, aquela que contribui nas repetições familiares através das gerações. A partir do momento que a mãe antecipa um eu para o seu bebê, pode interpretar as manifestações vindas do corpo do seu filho como estando atreladas a um sentimento que ela supõe ter capacidade de dar conta. É por essa suposição de um eu no bebê que ela se capacita a investir nesse corpo libidinalmente.

Para que a mãe decodifique os sinais percebidos no seu filho e lhes dê um sentido que transcenda a explicação biológica — ou seja, que os humanize —, é necessário que ela, por sua vez, esteja suficientemente inscrita no mundo simbólico e se permita fazer, por exemplo, de um sorriso reflexo vindo do seu bebê, um sorriso que lhe diz que um carinho ou palavra sua o agradou. Nesse movimento de tomar o lugar do filho para supor hipóteses, ela coloca em cena a sua experiência precoce, experiência esta que, por não poder ser traduzida em palavras, devido à precocidade, muitas vezes é confundida com o tão falado instinto materno. Esses aspectos nos levam a tecer a hipótese de que não é possível pensar na experiência de maternidade de uma mulher sem remontá-la a seu próprio passado infantil, quando ela própria deixou-se tomar pelos enunciados que fizeram com que ela se tornasse sujeito (FERRARI, PICCININI & LOPES, 2006, 2007).

Assim, a princípio não há um eu (FREUD, 1914/1990). O bebê terá que ser construído na relação com alguém. Esse alguém vai lhe fornecendo sentido aos seus atos a partir dos próprios significados, e é a partir disso que o bebê vai tendo noção da realidade e adquirindo a noção de eu. Nesse sentido, o bebê toma emprestado da mãe seus primeiros enunciados identificantes (AULAGNIER, 1989; 1994a), fornecidos pela mãe, que o identificam como sujeito. O eu do bebê e o objeto serão construções precedidas pelas fantasias e desejos dos outros primordiais que, por sua vez, estão determinados pelos seus antecessores.

Assim, o ser pensado por outro fornece ao *infans* um lugar no qual possa se identificar e passar do estatuto de corpo biológico para o de corpo erógeno, o que implica assumir a possibilidade de constituir um mundo representacional a partir do que foi pensado e significado pelo outro primordial. Assim, num primeiro momento o bebê apresenta-se com seu corpo e a mãe lhe apresenta a sua libido com seus enunciados identificantes (AULAGNIER, 1994a; HORSTEIN, 1994a). Dessa forma, o trabalho de constituição empreendido pela mãe é possibilitar que esse corpo se insira nas leis culturais que regem o seu grupo social. Para Aulagnier (1994), nesse aspecto a mãe é considerada como sendo o representante da ordem exterior das coisas, a cujas leis esse discurso materno também está submetido. A mãe é um mediador privilegiado do discurso que vem do ambiente, mas é importante marcar que esse ambiente chega ao bebê

pela interpretação que ela lhe fornece; e é sob essa ótica que a mãe referencia ao bebê o que é possível, lícito ou ilícito.

Para Aulagnier (1989; 1994), uma das formas privilegiadas de digerir esse excesso de excitação do bebê é significando ou conceitualizando a respeito do que ele apresenta. A linguagem é evocada para dar forma e sentido àquilo que o bebê faz, traduzindo-o, muitas vezes, em sentimentos que foram fornecidos para a própria mãe quando bebê. Então, esses desejos e expectativas da mãe, ou como Aulagnier (1994) prefere referir, esses enunciados identificantes, também estão marcados por sua relação com a própria mãe.

Assim sendo, é necessariamente função da mãe tomar as manifestações do bebê, metabolizá-las e reenviá-las com algum significado e, sendo esse significado relativo à história dessa mãe, não podemos deixar de marcar o peso, em termos de possibilidade de repetição geracional, embutido no reenvio da manifestação do bebê metabolizada pela psique materna. Podemos pensar que, quando uma mulher engravida, ressitua-se dentro daquele romance familiar (FREUD, 1909/1990) montado na sua infância, pretendendo ser a mãe ideal que sentia ter na sua tenra infância. Assim, podemos concluir que, na transmissão dos enunciados identificantes feitos pela mãe ao seu bebê, transmite-se os lugares determinados aos personagens desse romance.

Aulagnier (1990) menciona que todo novo sujeito vem ocupar um lugar no mito familiar, e que ele é revelado por meio do lugar que ocupará na fantasia fundamental, ou seja, no discurso que se dirige não a ele, mas ao personagem que ele encarna na cena familiar. A importância disso é justamente que, segundo essa autora, o discurso dirigido ao personagem que o bebê encarna no discurso parental fornecerá os traços que o constituirão enquanto sujeito. Nesse aspecto, o ser humano carrega uma ambiguidade fundamental, visto que, se por um lado ele traz um nome escolhido em função do personagem que esse bebê está destinado a encarnar, por outro, é justamente por ele ser desejado que poderá ser constituído como sujeito diferenciado, saindo de uma posição biológica para subjetiva.

Embora Rodolfo (1989) reconheça certas escolhas possíveis para um recém-nascido entre os significantes disponibilizados pelos pais, há alguns pontos em que parece não haver opção. Ele está fadado a repetir certos comportamentos, os quais parecem não elaborados ao longo da história familiar. Na verdade, não há história familiar sem repetição (SZEJER & STEWART, 1997).

A partir do que foi exposto acima, podemos pensar que, se por um lado é necessário dar sentido aos movimentos do bebê, por outro, há algo que escapa a esses sentidos ou significações. E é nesse processo que o bebê enquanto tal vai poder se constituir como sujeito. Podemos pensar que oferecer vida para um sujeito comporta um duplo sentido: por um lado, repetições geracionais

poderão ocorrer em função do inconsciente parental; mas, também, há algo que possibilita a quebra da repetição. Com o nascimento de um bebê, algo novo se instaura; esse novo, esperado e desejado durante toda a gravidez, possibilita que a repetição não seja literal e sem diferenças. Assim, mesmo enfatizando a importância do psiquismo materno na constituição subjetiva, algo escapa à sua onipotência (HORSTEIN, 1994b).

A COLOCAÇÃO EM CENA DO MITO FAMILIAR

– EXEMPLIFICANDO COM UM CASO²

Aparecida,³ de 22 anos, estava grávida pela primeira vez. Como as demais participantes da pesquisa, foi entrevistada quatro vezes desde a gestação até o final do primeiro ano de vida da criança. A primeira autora do presente artigo foi quem a acompanhou ao longo deste período. Ela namorava o marido desde os 19 anos, noivaram e casaram em seguida (fazia três anos que tinham casado). O marido, aqui denominado Vitor, tinha 24 anos na época da pesquisa. Ambos tinham completado o ensino médio; ele trabalhava como pedreiro e Aparecida cuidava da casa. Moravam em cima da casa dos pais dele. O apartamento consistia em cozinha, quarto e banheiro. A residência da família se encontrava no limite de uma vila de Porto Alegre, e os sogros possuíam um bar/armazém na frente de casa.

Durante a entrevista, Aparecida mostrava-se muito sorridente e meiga, mas houve três longos silêncios depois de perguntas a respeito de como se imaginava como mãe, se havia um modelo de mãe que gostaria de seguir e como imaginava o bebê (já sabia que seria uma menina). Além disso, utilizei alguns dados do genograma⁴ feito com o casal, pois muitos dos dados sobre a família de Aparecida foram respondidos pelo marido. Ela parecia ter dificuldades de lembrar ou mesmo falar desses fatos. As lembranças evocadas na entrevista da

² As passagens que utilizamos a seguir provêm de um dos casos examinado extensamente na tese de doutorado da primeira autora do presente artigo. Os casos apresentados na tese fazem parte do Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestação à Escola (Piccinini, Tudge, Lopes e Sperb, 1998). Cabe ressaltar que, para fins deste artigo, foram analisadas as entrevistas realizadas no terceiro trimestre gestacional e no terceiro e oitavo mês de vida do bebê. A primeira entrevista foi realizada em uma sala no Instituto de Psicologia da UFRGS; as outras duas, na residência dos pais.

³ Todos os dados de identificação do caso foram modificados.

⁴ Depois da entrevista individual com cada um dos membros do casal, realizada no terceiro trimestre gestacional, era feita a *Entrevista de Genograma Familiar do Casal* (McGoldrick, 1989; adaptado por Lopes & Castoldi, 1998) que consistia em pedir aos membros do casal que relatassem quem eram, o que faziam e como eram as pessoas da família (incluindo os avós dos futuros pais). A partir dos relatos se fez um 'desenho' das famílias de origem dos pais, o que possibilitou a análise dos modelos de identificação e indicações sobre a construção do mito familiar.

gestação com Aparecida a respeito dos pais e irmãos eram muito idealizadas. Os dados da história da família de Aparecida trazidos por Vitor referiam-se a vários casamentos da mãe, morte de irmãos (assassinatos), abandono do pai, dentre outras situações estressantes, que em nada lembravam a história montada por Aparecida nas entrevistas que respondeu na gestação.

Aparecida iniciou a entrevista da gestação dizendo que desde que casaram, queriam ter um filho. Como não conseguiam engravidar, fizeram uma investigação que detectou um problema de amadurecimento de espermatozoides em Vitor. Durante um tempo, se submeteram a um tratamento com hormônios, mas, como não houve resultado, foram encaminhados para o serviço de reprodução assistida de um hospital universitário da cidade. Havia a indicação de inseminação artificial com os espermatozoides de outro homem, pois o médico teria dito que Vitor não “teria a mínima condição” de engravidar Aparecida. Quando foram chamados para iniciar o processo de inseminação, ela tinha conseguido engravidar sem intervenção médica. Ficou em acompanhamento pré-natal nesse hospital, e no momento da entrevista estava frequentando um curso de preparação para o parto, devido ao medo de não ter força suficiente para que a filha nascesse — por qualquer motivo, perdia o fôlego.

Aparecida desconfiou da gravidez porque sua menstruação atrasou, e submeteu-se a três tipos de testes até ter certeza do resultado positivo — o primeiro foi caseiro, ensinado por uma prima do interior; o segundo, comprado na farmácia; o terceiro, no posto de saúde. Os três deram resultado positivo. Os dois exames de urina foram facilmente interpretados por eles, mas ficaram confusos com os índices apontados no terceiro exame, o exame de sangue. O marido estava muito emocionado pela possibilidade da gravidez e quando o médico do posto lhes deu a notícia, contou que choraram muito de emoção. Toda a família do marido já tinha mais de um filho, e eles ainda não. Segundo Aparecida, o marido chegou a lhe perguntar se não queria largá-lo e casar-se com outro que pudesse lhe dar um filho. Ela foi muito detalhista sobre os exames de gravidez.

Tinham escolhido o nome do bebê — Maria Antônia. “Ele pediu para Nossa Senhora de Lourdes, fez promessa (...) *Aí Maria é por causa que é a nossa mãe, mãe de todos (...) Aí eu resolvi colocar Maria e Antônia eu acho um nome bonito*”.

À minha pergunta de como acreditava que Maria Antônia seria, ficou bastante tempo em silêncio antes de responder. Disse: “Eu vejo um rostinho, uma guriazinha com cabelo compridinho, de sorriso bem meigo, cheio de dentes. Porque eu gosto muito de ficar rindo e por isso acho que ela vai gostar muito de ficar rindo também”. Parece que o rosto que ela imaginava era o seu próprio — era uma pessoa que ria muito, que tinha o cabelo muito comprido e bem cuidado e era, aparentemente, uma pessoa meiga. Em relação à escolha do nome Maria, estava relacionado a ser a “mãe de todos”, o que nos permitiu inferir que pudesse vislumbrar na filha uma mãe para ela.

Além das semelhanças físicas, o seu nome — Aparecida — também era o de uma santa. No genograma com o casal, o marido contou que, na família de Aparecida, as meninas não vingavam. Quando da sua gestação, tanto a sua mãe quanto os demais familiares desta fizeram muitas promessas à Nossa Senhora, para fazer com que Aparecida vivesse. Por isso, ela tem esse nome. Retomando a descrição da filha, Aparecida acreditava que seria: “...uma pessoa inteligente, forte. Acho que ela vai ser uma pessoa bastante forte, por ela ter vindo para a gente, ela tem que ter bastante força de vontade. Eu acredito que os bebês escolhem as mães. Eu acho que ela me escolheu, e foi difícil, e ela teve força de vontade e veio mesmo”.

Aparecida acreditava que a inteligência era uma característica da família do marido que ela admirava. Em relação à força de Maria Antônia, podemos inferir que ao mesmo tempo se referia a uma característica importante da família do marido e, paradoxalmente, à não força deste, por ter dificuldades na produção de espermatozoides suficientes para que acontecesse uma fecundação. Pela dificuldade do marido, a filha aparece como responsável pelo seu próprio nascimento.

À minha pergunta de como achava que seria como mãe, seguiu-se novo silêncio. Pensou um pouco e falou: “Acho que vou ser muito atenciosa, como é que se diz?, organizada. Embora eu não sou virginiana, eu gosto das coisas, sou muito bem organizada, tal hora tem que ser aquilo e deu. Então eu vou ter que ensinar para ela bem como eu gosto. Mas eu acho que ela vai ser bem igual a mim, por causa que ela vai ser de setembro, então ela vai ser virginiana.”

À pergunta de como se imaginava como mãe, apareceu a sua organização, que era uma das características marcantes do signo que a filha teria. A característica da organização viria substituir a atenção. Além disso, seria também uma mãe muito preocupada. Essas coisas estavam relacionadas à educação da filha: “Eu acho muito importante, que tá faltando muito nas crianças de hoje. Eu vejo pelo meu sobrinho, que nem chama os tios de tio e, sim, pelo nome, né? Eu acho que criança tem que respeitar os adultos, assim como os adultos têm que respeitar as crianças. Aí, deixa eu ver, eu quero dar uma boa educação para ela, não quero que seja mal educada, birrenta, quero que seja educada.”

Em relação à sua família, as lembranças eram bastante idealizadas e não condiziam com os fatos relatados pelo marido. O pai saiu de casa quando ela ainda era muito pequena — lembra-se dele como “um gigante” — e, segundo a mãe, ele era muito apegado à filha. Reviu o pai quando tinha 15 anos (às vezes tinha notícias dele, mas perdeu o contato outra vez). Quando os pais se separaram, ela assumiu a casa. O período e ordem desses fatos não ficaram claros. Aparecida não mencionou outros casamentos da mãe nem as frequentes mudanças de cidade, relatadas na entrevista de genograma pelo marido e confirmado por ela.

Sobre o período de separação dos pais, lembra que “Eu era a mais velha de quatro irmãos, eu cuidava de quatro irmãos pequenos. E um era um bebê, e a outra tinha uns dois anos

e eu tinha uns sete anos. Aí eu sempre cuidando da casa para a mãe, no faz de conta... Eu fazia tudo. Eu tinha tempo para brincar, eu tinha tempo de ir para o colégio, eu tinha tempo de cuidar dos meus irmãos. Minha mãe chegava em casa, tava a casa já arrumada, meus irmãos tomado banho, tomado café e eu preparando a janta. Minha mãe trabalhava, aí servia a janta para ela, servia a janta para as crianças, seis horas tava todo mundo já jantado, era sempre o mesmo horário." Cita ainda que dormia na mesma cama com a mãe até casar, quando, então, "fui obrigada a me separar".

Alguns aspectos da história de Aparecida nos chamaram a atenção, não como fatos em si, mas pela maneira como os relatava. Em nenhum momento esboçava sentimento de raiva ou abandono do pai quando este foi embora, ou mesmo por ter que assumir obrigações com a casa e com os irmãos no lugar da mãe. Referia com certo orgulho a capacidade organizativa que tinha quando criança, característica que buscava para definir o seu relacionamento futuro com a filha. Talvez tenha sido esta capacidade de organização, tão valorizada por ela, que a fez tolerar os eventos da sua infância. Outra característica importante dos bebês era a capacidade de entender a realidade. Comentou sobre esta capacidade dos bebês quando, conversando a respeito do modelo de mãe com o qual se identifica, lembra de uma de suas cunhadas que impunha limites ao filho: "Se eles [bebês] já entendem dentro da barriga o que a gente faz, com dois anos eles entendem muito bem o que a gente faz, o que é certo, o que é errado." Cabe lembrar que, apesar da idealização da sua própria mãe, em nenhum momento referiu-se a ela como modelo identificatório a ser seguido no cuidado da filha. Este modelo da cunhada é assumido em função dos limites que ela impõe ao filho. Quando questionada sobre quem ou como seria um modelo de mãe a ser seguido, fez-se outro longo silêncio. Os longos silêncios que se estabeleceram na entrevista ocorreram em três momentos: quando se viu confrontada a falar sobre o modelo de mãe, de como imaginava a filha e como imaginava a si mesma como mãe.

Três meses depois entramos em contato e marcamos a entrevista de terceiro mês de vida do bebê. Aparecida iniciou contando que o parto foi cesárea porque os batimentos cardíacos da filha estavam baixos: "retiraram ela rapidamente". Nesta entrevista ela estava deslumbrada com as características físicas do bebê, principalmente aquelas em que as duas se pareciam. Descrevendo fisicamente o bebê, ela também se descreve, como o fez na entrevista de gestação, quando foi perguntado como imaginava que a filha seria. Fisicamente, a identificação especular de Aparecida em Maria Antônia era evidente. Nesse sentido, refere que filmou a filha e levou a fita a uma agência de publicidade. No aspecto físico, pensamos haver uma familiaridade que permitia que Aparecida encontrasse traços característicos da sua linhagem familiar, mas a inteligência e esperteza vislumbradas na filha davam-lhe certa sensação de estranhamento. Conta que Maria Antônia ficava olhando para as pessoas e analisando-as, "... da gente se estre-

mecer toda”. Passava o dia inteiro com ela e acreditava que a filha era calma, mas, no início, “... ela queria ficar mais tempo comigo. Nas primeiras semanas, se eu largasse, ela chorava”. Ao meu questionamento a esse respeito, respondeu que não podia dar-lhe colo porque precisava fazer as coisas, como a limpeza e organização da casa. Acreditava que Maria Antônia precisava se acostumar a não estar com ela: “eu deixava ela chorar um pouquinho, pra ela poder se acostumar”. Contou ainda que Maria Antônia havia lhe dado dois sustos, pois quase ‘se afogou’ duas vezes enquanto chorava: “ela não tava acostumada a chorar e quando chorou, ela chorou muito e se afogou duas vezes. Aí eu pegava ela e sacudia e ela voltava ao normal. Aí eu ficava um pouquinho com ela. Aí deixei ela ir chorando aos pouquinhos, aos pouquinhos, até que ela foi normalizando, não teve mais problema e se acostumou”. Esta ‘normalização’ se referia a Maria Antônia ficar quieta no carrinho enquanto ela arrumava a casa.

Esse episódio aconteceu quando Maria Antônia tinha duas semanas de idade. Parecia haver certo imperativo de descolagem física que se inaugurava no nascimento, impossibilitando que mãe e filha se acalmassem com o contato físico. Parecia haver duas Marias Antônias: aquela para ser olhada, admirada pela meiguice, e outra, esperta e demandante, que precisava ser acostumada a chorar e ser impedida de exigir atenção. A Maria Antônia para ser admirada seria a calma, que aceitava as imposições da mãe; a outra era a esperta, observadora, que demandava atenção e precisava ser rigidamente educada. Falando da Maria Antônia ideal, relata: “mas eu não achei que ela iria ser assim tão perfeita; eu acho, assim, ela simplesmente perfeita”. Disse que foi muito bom ter ficado a primeira semana apenas com a filha e que “até hoje eu fico assim, eu olho para ela, eu olho para ela e dou risada, nem parece, parece um sonho! É tão linda! Fico emocionada, eu, e ele [marido], então! Cada vez que a gente olha para ela dá vontade de chorar, daqui a pouco a gente tá chorando.”

Perguntei sobre o fato de deixá-la chorando para não se acostumar com colo e Aparecida me respondeu que era uma opção dela: “eu imaginei que tinha que fazer isso para ela ir se acostumando aos poucos... [tinha medo] que só quisesse colo depois, que ficasse muito apegada a mim, não quisesse mais pegar ninguém, daí não dá, eu queria que ela se sentisse mais solta. Eu dou no colo para todo mundo, quem quiser pegar ela, pega! Todo mundo que quiser pegar ela pega! Porque ela tem que se acostumar com todo mundo!”

Pelo relato a respeito das primeiras semanas de vida da filha, a entrevista de Aparecida pareceu particularmente contraditória. Tratava-se de dois bebês: um maravilhoso, perfeito, e outro que chorava porque queria ficar no colo. No caso de Aparecida, a maternidade estava relacionada a deixar o filho chorar. Ela chegava a codificar os sinais de Maria Antônia como sendo um pedido de colo, mas não podia satisfazer essa necessidade da filha. Esse imperativo de deixar a filha chorar tinha como objetivo que Maria Antônia não se apegasse demais a ela, já que nem sempre poderia estar por perto para atendê-la. Cabe dizer que, na entrevista da gestação, Aparecida falou sobre o sofrimento sentido por ela,

quando criança, de ter que ficar na creche, longe de casa, dos irmãos e da mãe. Outra questão que precisa ser assinalada é que ela dormiu na cama com a mãe até casar, e que esta mudou de cidade assim que Aparecida engravidou. Deste modo, não atendendo aos pedidos da filha, no sentido de diminuir o choro, retomava a figura do bebê (que podia ser olhado como uma fotografia), retornando, então, à possibilidade de espelhamento narcísico.

Quando ligamos para marcar a entrevista do oitavo mês de vida do bebê, quem atendeu foi o pai. Dizia-se muito preocupado porque Aparecida e Maria Antônia estavam brigando muito, não se entendiam mais. Durante a entrevista, Aparecida somente falou das dificuldades com Maria Antônia depois que a questionei a respeito do comentário do marido por telefone.

A respeito da hipótese sobre a causa dos problemas de relacionamento apresentados entre ela e a filha, ficou bastante tempo em silêncio. Disse que não sabia e, como eu insisti, falou: “Eu sei que ela é uma garotinha muito inteligente, entende tudo perfeitamente bem que a gente tá falando [dirigindo-se à filha] e faz, principalmente ela olha tudo, presta bastante atenção. Eu conheço bem as minhas crises de nervosismo e sei que ela faz igualzinho. Eu não queria que ela fosse igual à minha [família], os meus irmãos têm crises também, já pararam no postão. (...) A gente se trata, se trata, toma diazepam, mas parece que não funciona, então eu queria tratar a Maria Antônia agora de pequena para não acontecer isso, essa é minha grande preocupação, não tanto por ela não estar se alimentando, porque eu acho que isso aos poucos a gente vai conseguindo, mas o grande problema da Maria Antônia é esse nervosismo dela, queria tratar agora.”

À inteligência se sobrepõe o problema de nervos dela e da sua família. Parecia que a inteligência, apontada como característica vinda do lado paterno, gerava certo estranhamento, pois impedia que Aparecida se relacionasse com a filha. Esta característica precisava ser subjugada, caso contrário, perderia a filha para a família do marido (nesta entrevista, culpa muito os sogros e as cunhadas, ora por ‘se meter’, ora por não ajudar). Além disso, é a primeira vez que menciona que ela e sua família tinham problemas de “nervos”.

Questionei-a novamente sobre a hipótese a respeito da causa dos problemas de Maria Antônia. Ficou em silêncio um tempo e disse “Eu acho que [silêncio], o problema [silêncio], como que eu vou te dizer? Como se eu tivesse atrapalhando ela também, como se eu tivesse prejudicando ela, eu mesma tô prejudicando ela com meu comportamento. Eu me sinto péssima, me sinto muito horrível, ruim. Aí eu peço ajuda para o Vitor, só que ele tá com muito sono, quer dormir. Aí eu fico chorando a noite toda porque eu não tenho apoio, não tenho com quem falar. Parece que, eu tenho uma irmã, mas ela também tem esses problemas, é meia ‘tantan’... aí eu falo com ela, aí ela defende o Vitor o tempo inteiro. Eu não preciso alguém que defenda o Vitor, eu preciso de alguém que olhe de fora e diga onde eu tô errando, onde ele tá errando. Porque não é possível que só eu tô errando, ele também deve ter alguma falha, ele não é perfeito.”

Nesse trecho, fez, de novo, o mesmo movimento discursivo — a partir de uma falha própria, encontra uma falha no outro (o marido). Tornei a questioná-la, e ela disse: “Eu sei que eu tô passando todo o meu nervosismo para ela, todo o meu sofrimento, eu sei que ela tá sentindo, isso deixa pior ainda, eu não consigo me controlar, eu não consigo. Eu tenho vontade de quebrar a casa todinha. Esses dias até eu fiz, é muito feio, mas fiz, peguei, joguei as coisas tudo no chão assim, ela olhou e deu um grito desesperada assim como se tivesse levado um choque. Aí eu desabei a chorar mais ainda.”

Aparecida estava se sentindo muito sozinha e gostaria de começar a trabalhar para ocupar o tempo. Gostaria de deixar Maria Antônia numa creche. Sentia-se sufocada por ter que ficar o dia inteiro com a filha: “porque assim, oh, eu gosto da minha casa bem limpinha. Se eu não consigo ver ela assim, fico num péssimo humor, eu não consigo ficar bem se eu não vejo a casa limpa. Eu tenho que ver a casa limpa e ela não deixou mais eu fazer isso, isso me deixa muito irritada”. Naquele momento, Maria Antônia jogava umas bergamotas (tangerinas) no chão. Então perguntei se aquilo também a irritava, ao que respondeu que não: “Isso aqui, não, me fazer de boba, não, quando eu tenho tempo com ela não me importo que ela faça. O problema é quando eu não tenho tempo e eu quero fazer as coisas, e ela não deixa. Isso me deixa com muita raiva. Aí eu falo sério com ela, tudo o que eu tô fazendo e por quê tô fazendo... Ela acha que tem que fazer o que ela quer, aí eu não consigo limpar a minha casa, a Maria Antônia toma meu tempo, a família do Vitor pressionando, o Vitor não tem mais tempo para nós, isso tudo me deixa fora de controle e sem saber o que fazer.”

O modo de lidar com esse estranhamento e de retomar a filha desde um lugar de familiaridade era impedindo a satisfação das necessidades de Maria Antônia, o que fazia com que ela se irritasse e chorasse muito. A partir dessa irritação, Aparecida conseguia vislumbrar novamente certo traço de familiaridade na filha, o que lhe possibilitava espelhar-se no ‘problema de nervos’ que tanto ela quanto seus irmãos sofriam. A familiaridade trazida por esse significante — ‘problema de nervos’ — recolocava em andamento a repetição do mito familiar a partir do qual ela se via impelida a abandonar a filha ao mesmo tempo que não conseguia se desgrudar dela.

O projeto enunciado na entrevista de gestação a respeito de não trabalhar até a adolescência da filha para poder acompanhá-la em todas as fases da vida estava difícil de ser seguido. Enquanto a filha não havia revelado as suas características particulares, que a diferenciavam daquelas que Aparecida esperava dela, o conflito não se evidenciou claramente. A partir do momento que Aparecida foi chamada a adaptar-se às características mostradas pela filha, não o conseguiu, interpretando as suas atitudes como sendo nervosismo ou de querer fazê-la de boba. Isso fez com que desejasse encontrar uma creche para a filha, para poder trabalhar. Essa atitude era a mesma que sua mãe precisou tomar quando se separou do marido, e que Aparecida pretendia não repetir na vida da filha. Mas

essa tentativa de restituição narcísica pela possibilidade de manter-se grudada na filha até a adolescência não se efetivava, pelo fato de a filha não corresponder à sua demanda de passividade — tanto que, no final da entrevista do oitavo mês, Aparecida destacou que pensava que Maria Antônia seria ‘mais bobinha’, que se contentaria com menos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos destacados aqui nos levam a pensar na fragilidade subjetiva de Aparecida, no sentido de não ter sido contida o suficiente na relação com a sua própria mãe. Desde muito pequena, teve que se virar sozinha, já que a mãe sempre trabalhava e não tinha tempo de cuidar dela. Precisou, inclusive, tomar o lugar da mãe no cuidado da casa e dos irmãos. Na última entrevista, no oitavo mês de vida da filha, chegou a dizer que não sabia por que ela era tão nervosa, já que nunca teve muita “balda” (mimo) da mãe.

Enquanto estava grávida, sentia-se restituída narcisicamente, pois a gravidez lhe trazia uma força que nunca tinha tido. E, justamente o medo relacionado ao nascimento da filha era sobre a possibilidade de não ter forças suficientes para deixá-la nascer. O processo imaginativo durante a gravidez lhe possibilitava ter a sensação de plenitude, montando uma vida ideal que ela seria capaz de levar adiante. Isso a supria, mas deixava transparecer que essa expectativa estava tão idealizada que essa responsabilidade se encontrava muito além das capacidades de qualquer pessoa assumir. Montando a sua estrutura familiar de maneira tão ideal, impediria que a filha sentisse a solidão que ela sentiu quando a mãe a deixou aos cuidados de uma creche, porque teve que começar a trabalhar. Essa separação custou-lhe tanto que até aquele momento não a tinha superado, chegando a dizer que dormiu com a mãe até o dia do seu casamento. Quando Maria Antônia nasceu, parece que Aparecida teve dificuldade de acomodar os ideais, montados durante a gestação, à realidade. O bebê ideal era aquele para ser olhado, que ficava imóvel cada vez que parava de chorar por cansaço. Enquanto Maria Antônia não tinha capacidade psíquica para não aceitar esse tipo de situação, e o marido e a família não se intrometiam, parece que ela gerenciava o relacionamento com a filha de forma a garantir esses momentos ideais. Mas quando Maria Antônia passou a demandar maior atenção, pelo próprio desenvolvimento, e quando o marido e a sua família começaram a se incomodar com a forma como Aparecida a deixava chorando, os conflitos apareceram com toda força. De qualquer modo, parecia que o que incomodava Aparecida não era o tipo de relacionamento estabelecido com a filha, mas, sim, as intromissões da sogra e as brigas com o marido. Assim, podemos pensar que a filha, em lugar de restituí-la em um ideal, afastava-a ainda mais desta montagem de um romance familiar idealizado (RODULFO, 1989; DOLTO, 1984).

O que estava em jogo no relacionamento com Maria Antônia era uma disputa, uma luta na qual sempre haveria uma vencedora.

Essas questões estavam muito relacionadas ao mito familiar montado por Aparecida. Desde a escolha do nome para a filha, com cunho religioso, reservava nessa escolha um caráter de ajuda necessária para ela “vingar” ou mesmo existir. Essa força que vinha do céu era necessária, pois ela teria que responder a questões que, possivelmente, estivessem além da sua capacidade.

A partir deste caso, pode-se perceber o efeito e a importância, na interação mãe/bebê, da montagem imaginativa materna desde antes do nascimento do bebê. Os relatos apoiam as ideias de Aulagnier (1990, 1994), ao destacar que o lugar destinado ao bebê na cena familiar será revelado por meio do discurso que se dirige ao personagem que o corpo do bebê encarna na fantasia materna, fantasia esta que começou a se estabelecer no próprio período constitutivo infantil da mãe, momento no qual ela própria recebeu seus enunciados identificantes, como visto no caso aqui retratado.

Recebido em 27/7/2008. Aprovado em 6/1/2009.

REFERÊNCIAS

- AULAGNIER, P. (2000) Lo potencial, lo posible, lo imposible: categorías y coordenadas del campo clínico. *Psicoanálisis APdeBA*, 22, 65-87.
- . (1989) *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro – do discurso identificador ao discurso delirante*. São Paulo: Escuta.
- . (1990) *Um intérprete em busca de sentido*. São Paulo: Escuta.
- . (1994) *Nacimiento de un cuerpo, inicio de una historia*, in L. HORSTEIN (Org.), *Cuerpo, historia, interpretación – Piera Aulagnier: de lo originario al proyecto identificador* (p.117-170). Buenos Aires: Paidós.
- BERGÈS, J. & BALBO, G. (2002) *Jogo de posições da mãe e da criança: ensaio sobre o transitivismo*. Porto Alegre: CMC.
- BYDŁOWSKI, M. (2000) *La dette de vie – Itinéraire psychanalytique de la maternité*. Paris: PUF.
- CHATEAU, P. (1995) Perinatal Emotional Adjustments and Infant Behavior. *Infant Mental Health Journal*, 16, 41-45.
- DEBRAY, R. (1988) *Bebês/Mães em revolta – tratamentos psicanalíticos conjuntos dos desequilíbrios psicossomáticos precoces*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- DOLTO, F. (1984) *Seminário de psicoanálisis con niños*. México: Siglo XXI.
- . (1999) *Tudo é linguagem*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- FERRARI, A., PICCININI, C. & LOPES, R. (2007) O bebê imaginado na gestação: aspectos teóricos e empíricos. *Psicologia em Estudo* (Maringá), v.12, n.2, p.305-313.

- _____. (2006) O narcisismo no contexto da maternidade. *Psico* (Porto Alegre), v.3, n.3, p.271-278.
- FREUD, S. (1914-1990) Introducción del narcisismo. Trad. J. Etcheverry, in STRACHEY, J. (Org.), *Obras completas* (v.14, p.65-97). Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1990) Psicología de las masas y análisis del yo. Trad. J. Etcheverry, in STRACHEY, J. (Org.), *Obras completas* (v.18, p.63- 135). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1921).
- HILFERDING, M. (1911/1991) As bases do amor materno, in PINHEIRO, T. & VIANNA, H. (Orgs.), *As bases do amor materno* (p.90-95). São Paulo: Escuta.
- HORSTEIN, L.; AULAGNIER, P. (1994) Sus cuestiones fundamentales, in HORSTEIN, L. (Org.), *Cuerpo, historia, interpretación – Piera Aulagnier: de lo originario al proyecto identificador* (p.11-116). Buenos Aires: Paidós.
- LACAN, J. (1957-1995) *Seminário Livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PENOT, L. (1991) Do fracasso da instauração da imagem do corpo ao fracasso da instauração do circuito pulsional: quando a alienação faz falta, in PENOT, M. (Org.), *O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas. Coleção Psicanálise da Criança* (p.31-48), Salvador: Ágalma.
- RODULFO, R. (1989) *El niño y el significante – un estudio sobre las funciones del jugar en la constitución temprana*. Buenos Aires: Paidós.
- SZEJER, M. & STEWART, R. (1997) *Nove meses na vida de uma mulher – uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Andrea Gabriela Ferrari
ferrari.ag@hotmail.com

Cesar Augusto Piccinini
piccinini@portoweb.com.br